



(Re) significando a solidariedade na velhice: para além de laços consanguíneos

Raimunda Silva d'Alencar

Universidade Estadual de Santa Cruz, Campus Soane Nazaré de Andrade, km 16, Rod. Ilhéus-Itabuna, 45662-900, Ilhéus, Bahia, Brasil.
E-mail: r_alencar2@yahoo.com.br

RESUMO. O envelhecimento da população brasileira vem promovendo alterações substanciais em múltiplas dimensões da vida e, particularmente, nas relações familiares e extrafamiliares. As aceleradas mudanças sociais impactam diretamente as configurações das famílias e produzem discontinuidades de afetos e solidariedades. À medida que a velhice se estabelece, os idosos reelaboram essas relações sob novas bases, ajustam-se às novas realidades, mas sem acomodações e avançam na construção e diversificação de novos laços e solidariedades, costurando cuidadosamente as diferenças internas entre filhos, netos, noras e genros, e projetando para outros espaços aquilo que entendem como perdido: carinho, afeto, atenção, respeito. Extrapolando as famílias consanguíneas, os idosos buscam os grupos de convivência, que exercem funções fundamentais não apenas por substituírem, em muitos casos, a já instalada ausência de familiares, mas também por preencherem espaços que a sociedade, de um modo geral, tem deixado vazios para quem envelhece.

Palavras-chave: interações sociais, laços afetivos, grupos de convivência, relações familiares.

(Re) meaning the solidarity in the old age: beyond consanguineous ties

ABSTRACT. The aging of the Brazilian population has been making substantial changes in multiple dimensions of life, and particularly in familiar and extra-familiar relationships. The accelerated social changes impact directly on familiar configurations and produce discontinuities of affection and solidarity. To the extent that aging is established, the elderly reconstruct the familiar relationships under new bases, fit to the new realities, but without accommodations, and advance in the construction and diversification of new ties and solidarities, carefully tailoring the internal differences between children, grandchildren, daughters-in-law and sons-in-law, and designing for others spaces what it means lost: fondness, affection, autonomy, attention, respect. Extrapolating from consanguineous families, the elderly seek the support groups, which exercise fundamental functions not only by replacing, in many cases, the absence of family members already in place, but for filling spaces that the society, in general, has left empty for those ages.

Keywords: social interactions, bonding, support groups, familiar relationships.

Introdução

Nos últimos trinta anos, é visível a mudança na esperança e expectativa de vida do brasileiro, a partir da presença substancial de pessoas idosas não só nos espaços privados como também nos espaços públicos. Apesar do acelerado crescimento dessa população e independentemente das diferenças no padrão de vida em diferentes regiões (os velhos ampliam-se numericamente e vivem cada vez mais em todos os Estados da Federação), não é difícil perceber que ainda se constrói uma imagem negativa da velhice, associando-a à degeneração celular considerada, na concepção ainda dominante, um processo irremediável e irreversível, uma real tragédia.

Além disso, as diferenças significativas das estruturas sociais, em que recursos econômicos e

socioculturais são desigualmente distribuídos, colocam os indivíduos em posições também diferenciadas na velhice, que vão repercutir diretamente nas relações familiares e na qualidade de vida, individual e coletiva, inclusive definindo epidemiologias 'típicas' da faixa etária e antecipando, para todas as estruturas, os requerimentos atuais e futuros para aplicação de recursos públicos (moradia, educação, saneamento, qualidade do alimento, qualidade dos recursos da saúde, materiais e humanas), dentre outros.

Naturalmente que uma imagem negativa da velhice, socialmente aceita, acaba por determinar a autopercepção dos próprios idosos, ainda que a defesa de sua independência e autonomia seja cada vez maior nos debates, discursos e documentos, tanto oficiais quanto oficiosos. De outro lado, a

pessoa idosa de hoje, com uma formação construída dentro de uma racionalidade piramidal e estável, depara-se com uma realidade organizada a partir de parâmetros de liquidez, em que tudo tem duração provisória, tênue, rápida, veloz, inclusive os afetos.

O que fazer, e como viver, quando a organização da sociedade se dá com base na provisoriedade, na superficialidade, na convivência de verdades em que tudo é e não é, os heterogêneos se fundem, o considerado vulgar por uns é valorizado por outros, o que parece e o que é se confundem; real e virtual significam a mesma coisa? Como afirma Maffesoli (1988), a pulsão vem em primeiro lugar e é capaz de favorecimentos e de repulsas, de ordenamentos e organizações.

Uma questão relevante centra-se na transmissão de valores e ideias de uma geração a outra, na herança, no legado passado dos mais velhos para os mais novos e que, no dizer de Arendt (1972), não tem qualquer testamento. De outro lado, falar em laço social, em identidade, em herança, quando uma das características das sociedades atuais é o individualismo, a dissolução de laços, a provisoriedade, a solidão, a particularização da vida (BAUMAN, 1998; HARVEY, 1998), pode parecer um paradoxo.

O momento atual exige reflexão, de modo mais firme e confiável a respeito dos impactos do envelhecimento sobre as sociedades e sobre as pessoas, considerando que ainda é grande a desinformação sobre as particularidades do envelhecimento populacional. Trata-se de fenômeno que tem operado mudanças significativas sobre as estruturas sociais e sobre as populações, tanto do campo quanto da cidade, na vida dos indivíduos e no seio das famílias, em especial pelo caráter de maior longevidade com que se tem caracterizado. Além de rápidas, muitas dessas mudanças não são planejadas ou mesmo esperadas, constituindo-se, assim, provocadoras de desestabilização dessas estruturas.

Considerada como um problema social, a velhice é um exemplo da forma como certas perspectivas podem contribuir para deformar a concepção que se tem a respeito dela. Como um conceito socialmente produzido, as pessoas idosas são, quase sempre, identificadas a partir de situações como isolamento, incapacidade e doença, além de carências de toda ordem, da afetiva à material, ainda que essa concepção não reflita a realidade, até porque a maioria das pessoas idosas permanece independente (FERNANDES, 2001).

Tratadas homogeneamente, negam-se-lhes as perspectivas das histórias pessoais, como a capacidade de iniciativa e de escolha, e a dimensão dos laços construídos ao longo da vida, além do papel que

desempenham junto à família, seja na sua identificação, seja na sua própria existência.

Como sujeitos que poderiam continuar construindo o sentido de suas práticas cotidianas e representar um importante agente de ação social e, ainda, serem estimulados a gerenciar a própria experiência, acabam separados dos laços sociais inerentes, inclusive, à instituição familiar a que pertencem e às relações de amizade, de solidariedade, de laços afetivos que construíram e ainda são capazes de fazê-lo.

Naturalmente que o tratamento dispensado à pessoa idosa, nessa perspectiva, é o que define a compreensão negativa ainda dominante sobre a velhice. Compreende-se, por exemplo, que ela tem uma idade para começar e, a essa idade, relacionam-se diferentes níveis e dimensões de (in) capacidades; que ela possui características previamente determinadas e essas características dão suporte a uma sistemática desvalorização, até mesmo a partir das aposentadorias; que a velhice representa elevados custos para o sistema de saúde; que tem peso negativo sobre o sistema previdenciário e, por conta disso, os índices de reajuste de aposentadorias passam por sistemáticas reduções, ano a ano.

Associada às incapacidades, sejam elas físicas, psíquicas ou materiais, a velhice vincula-se, então, à dependência, peso, inutilidade, quanto mais avançada seja a idade. Apesar das reconhecidas mudanças nas concepções de velhice, é inquestionável que ela ainda é concebida com forte ênfase biológica e financeira, até mesmo pelos grandes avanços que sinalizam a manipulação e as tecnologias genéticas para controle do envelhecimento, com prolongamento bem maior da atual expectativa de vida e, portanto, da longevidade (TRIER, 2002) e, por que não mencionar, das possibilidades de consumo ou de gastos dos sistemas públicos de proteção social.

Os Novos Laços de Família – parentescos e solidariedades

No dizer do sociólogo Henri Mendras (2004), família é um termo ambíguo, tanto por designar pessoas vinculadas pelo sangue e, eventualmente, parentes por afinidades, tais como tios, avós, primos; quanto por considerar pessoas que vivem reunidas sob o mesmo teto, geralmente pais e filhos, o que não significa da mesma linha consanguínea.

Análises sobre a instituição família e as influências que sofre não são novas. Talcott Parsons (apud FERNANDES, 2001), por exemplo, afirmava que os processos de industrialização influenciariam fortemente as famílias, tornando-as cada vez mais segmentadas, na medida em que fossem constituídas

por uma pequena quantidade de filhos. Também a mobilidade social, considerada condição e causa do desenvolvimento econômico, estabeleceria rupturas importantes dos laços de parentesco. Nessa perspectiva, reduzido o tamanho das famílias, mais isoladas das redes de parentesco¹ elas ficariam e, por consequência, mais reduzida a rede das relações sociais, com possibilidades de os idosos virem a se sentir cada vez mais marginalizados.

Apesar da influência de Parsons nas pesquisas sobre família, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, e apesar da contribuição que emprestou ao pressuposto de desaparecimento das famílias ligadas por laços de parentesco, sua teoria foi colocada em xeque com as pesquisas empíricas sobre as solidariedades² familiares. Essas solidariedades estariam organizadas em torno de laços construídos através de rede de relações por onde circulam ajudas, cuidados, trocas, carinhos, bens e afetos. Isto significa que aquilo que tenderia ao desaparecimento, é recomposto e retorna nos estudos mais recentes por meio do conceito de parentesco.

De acordo com Mendras (2004, p. 253) “[...] tende-se geralmente a subestimar o papel do parentesco, porque continuamos a viver de acordo com modelos camponeses [...]”, da tradição pais e filhos. Gilberto Velho (1999, p. 68) assinala que,

[...] a problemática do parentesco tende a ser reduzida e veiculada através de uma linguagem psicologizante que tem como foco a família nuclear tomada como fato universal e natural.

Não se pode desconsiderar, quando se analisa a família contemporânea, os diversos modelos de família que têm caracterizado as realidades sociais, inclusive a brasileira, iniciando-se pela família patriarcal, aquela em que toda a direção do núcleo familiar cabia ao chefe, tomado como indivíduo completo e mantenedor de poder supremo, capaz de privar a intimidade de todos no ambiente doméstico. A esse modelo de família se vinculavam várias gerações e agregados habitando a mesma casa ou próximo a ela, caracterizando-se por estabelecer fortes vínculos e vivendo sob comando do chefe.

O modelo nuclear de família finca bases simplificadas nas figuras do pai, mãe e filhos, abrindo mão de agregados. Conforme Velho (1999, p. 70-71), “[...] o controle social por parte dos pais exerceu-se cada vez com maior vigor, desaparecendo ou tornando-se menos significativas as presenças de outros adultos”. Entretanto, o modelo de família nuclear tem sido sistematicamente revisto nos

últimos cinquenta anos, especialmente a família nuclear tradicional, de formação heterossexual, que se compõe de um homem, como provedor primário e autoridade, e uma mulher que coabita e tem exclusividade sexual, que tem pelo menos um filho, união legal e para sempre (BRYM et al., 2006).

Essa revisão tem significado impactos importantes sobre relevante parcela dos idosos de hoje e sua experiência de vida. Essa revisão passa por novas alternativas familiares, não só vividas por filhos, mas também pelo próprio idoso, e se caracterizam por uniões consensuais (não necessariamente legais), pela dissolução e (re) casamentos, através de divórcios e separações de casais, múltiplos casamentos, formação de lares de solteiros, ou lares com apenas um dos pais; relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo; crises matrimoniais frequentes, maior autonomia e independência das mulheres e, muitas vezes, dificuldades para compatibilizar casamento, trabalho e vida. Também passa pela crise dos padrões sociais de reposição populacional, por meio da reprodução biológica fora da estrutura familiar tradicional ou no laboratório; limitação do número de filhos e adiamento do primeiro filho. Essas situações, sem dúvida, têm diluído o predomínio do modelo clássico, de casais no primeiro casamento e com filhos (BRYM et al., 2006; CASTELLS, 1999).

Grande parte dos estudos tem tido a preocupação de analisar essas mudanças, realçando a contribuição da família para a manutenção e estabilidade dos laços sociais junto às pessoas idosas, laços esses quase sempre atravessados por um conjunto de significados importantes para a contextualização e entendimento da família contemporânea e multigeracional. Entretanto, têm revelado, também, a cumplicidade dessa família com o descaso, o abandono, a violência e maus-tratos contra a pessoa idosa nos espaços domésticos³.

As mudanças no quadro das famílias brasileiras não significam o seu fim⁴ mas sua reconfiguração, seu redesenho, com tendência de casamentos tardios ou não casamentos, casais homossexuais com ou sem filhos, aumento de mães solteiras, de lares com filhos dependentes habitados por apenas um dos pais, aumento de lares chefiados por mulheres, de lares unipessoais, de lares chefiados por idosos, casamentos de curta duração, coresidência de pais idosos e filhos, idosos cuidadores de crianças (netos, bisnetos) e responsáveis pelo trabalho doméstico, contribuição dos idosos com a renda familiar, jovens

¹Aqui tomado como “[...] modo pelo qual a sociedade trata os fenômenos biológicos que lhe interessa: a filiação social organizada pelo sistema de parentesco e não a filiação biológica” (MENDRAS, 2004, p. 226).

²Aqui entendida como a forma de as famílias interagem e o tipo de laços que as unem.

³Violência que tem sido motivo de preocupação inclusive das Nações Unidas, que proclamou em 2006 o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

⁴A família nuclear respondia, há pouco mais de cinco anos, por 52% das famílias brasileiras.

adiando a idade para sair da casa dos pais, hoje ocorrendo, em média, a partir dos 26 anos, como afirmam Camarano e El Ghaouri, (2003). Assim, Marangoni e Oliveira (2010), reforçam que não se pode pensar em homogeneidade familiar no cenário social brasileiro.

Essas mudanças evidenciam, portanto, que as relações familiares têm sido perturbadas pelo aumento de rupturas matrimoniais e de novas conjugalidades. Se as mudanças sociais produzem incertezas e indefinições nas idades e ciclos da vida e as alterações nos modelos de famílias podem produzir descontinuidades nos afetos e nas relações familiares, que atingem os idosos, é certo que também constroem uma diversidade nas formas de convivência, inclusive entre pais e filhos e entre avós e netos. Essa diversidade redefine novas formas de viver para as pessoas idosas, que aparecem cada vez mais responsáveis pela manutenção e cuidados de netos e bisnetos, conforme apontado em diferentes estudos, adaptando-se cada vez mais a novos papéis.

As novas conjugalidades, ainda que pouco estudadas, criam condições para relações mais abertas e menos previsíveis, sem remover, no entanto, as afetividades.

Se, por um lado, os vínculos familiares são sentidos como importantes mantenedores de segurança emocional, por outro, as relações fraternas, sem grau de parentesco, reforçam a interação social (ARGIMON; VITOLA, 2000, p. 29).

O reforço para as novas configurações familiares também se associa ao aumento da expectativa de vida, que possibilita aos mais jovens ter avós e bisavós vivos, viabilizando convivência cada vez maior entre gerações e ciclos de vida, com consequente construção de laços, de solidariedades e de afetos⁵, transmitindo ideias e cuidados e, não só, sentindo-se úteis por meio dessas ações, mas também na mediação de conflitos, desencontros e desencantos.

A visibilidade adquirida pela velhice, a partir do seu aumento absoluto e relativo sobre o total da população, tem espaço garantido à medida que a esperança de vida continua apresentando índices crescentes. As preocupações com esse crescimento também apontam as demandas decorrentes, em especial com os volumosos custos – sociais e econômicos – que acarretam, levando o poder público e as famílias a tentarem reduzir a importância social da velhice, e a transferirem, para outros, a responsabilidade pelo seu cuidado e a culpa por não conseguirem dar conta

daquilo que sempre foi o desejo humano – o prolongamento da vida.

Considerada uma das fontes de satisfação das necessidades do ser humano, e mesmo com as visíveis modificações, a família ainda pode representar importante espaço de trocas, de encontros e até desencontros, constituída quase sempre de gerações diferentes, o que vem significando uma estrutura familiar multigeracional, com diferenças de idades cada vez menores entre seus membros, levando-se em conta a fecundidade precoce e a longevidade, dois processos que atingem diretamente a estrutura familiar; jovens são pais e mães cada vez mais cedo e idosos vivem cada vez mais.

Ainda vista como instituição que homogeneiza valores e é capaz de fundar a desejada integração social ou, para muitas pessoas, uma instituição em crise, cobra-se-lhe adequação para fornecer cuidado e atenção íntima para a chamada proteção e segurança a todos os seus membros. No entanto, a família não mais consegue exercer a contento o papel que dela se espera, tanto em relação às crianças quanto em relação aos idosos, situação que tem levado a uma compreensão corriqueira de que a família está em crise.

Wautier (2003), analisando a Sociologia da Experiência de François Dubet⁶, realça o conceito de 'desinstitucionalização', afirmando que não se trata de uma crise das instituições,

[...] mas uma maneira de ver valores e normas como 'co-produções sociais'. Ela gera a separação entre dois processos confundidos pela sociologia clássica: a socialização e a subjetivação (apud WAUTIER, 2003, p. 198).

Touraine (1998, p. 50), mostrando as rupturas entre sistema e ator, trata a 'desinstitucionalização' como,

[...] enfraquecimento ou desaparecimento das normas codificadas e protegidas por mecanismos legais e, mais simplesmente, o desaparecimento de julgamentos de normalidade aos comportamentos regidos por instituições.

Para Touraine, pois, a família não pode mais ser compreendida em termos institucionais, mas em termos de comunicação entre seus membros ou mesmo de reconhecimento de direitos e de interesses pessoais de cada um deles.

Em lugar de crise ou decomposição da família, "[...] é preciso falar em mutação [...], sem subestimar a importância dos fenômenos de decomposição" (TOURAINÉ, 1998, p. 51). Assim, as alterações nos modelos de família podem

⁵Em 2005, por exemplo, as regiões Norte e Nordeste tinham as maiores proporções de idosos que coabitavam com filhos e/ou outros parentes - 70,5 e 68,3%, respectivamente (IBGE, 2005).

⁶Sociólogo Francês.

representar efeitos positivos, considerando a mutação como “[...] o nascimento de um futuro” (TOURAINÉ, 1998, p. 52).

A função socializadora⁷ da família, bem mais pronunciada há décadas atrás, pela maior disponibilidade de membros adultos, particularmente as mulheres que sempre estiveram disponíveis para cuidar de outros, passa por situação bem mais complexa,

[...] uma vez que sua evolução histórica só recentemente parece estar permitindo que aquele princípio do individualismo se realize por completo (DOMINGUES, 2005, p. 40).

Passa pelo que Alain Touraine chamou ‘dessocialização’ (consequência direta da ‘desinstitucionalização’) e traduz o “[...] desaparecimento de papéis, normas e valores sociais pelos quais se construiu o mundo vivido” (TOURAINÉ, 1998, p. 53). O enfraquecimento da instituição família leva, inevitavelmente, ao redesenho dos papéis dos membros que a compõem.

É importante assinalar, neste momento, que três preocupações, que podem decorrer desses dois processos devem antecipar qualquer análise sobre o papel das famílias na velhice: em primeiro lugar, a redução sistemática da quantidade de filhos por família; em segundo lugar, a paternidade/maternidade inconsequente e irresponsável (a proporção de mães adolescentes, em apenas um único ano, aumentou 1,3%) e, em terceiro lugar, o aumento de casais sem filhos (em dez anos, o percentual de famílias formadas por casais com filhos caiu oito pontos percentuais, em média). Essas situações, à medida que evoluam, poderão comprometer seriamente o suporte familiar à pessoa idosa. Essas situações, acrescidas à maior expectativa de vida da mulher e a opção por não ter filhos, sinalizam uma demanda futura bem maior de apoios e suportes fora do ambiente doméstico, para gestores públicos e profissionais.

Um dado importante a considerar é o crescimento das unidades familiares conduzidas por uma única pessoa, os chamados lares unipessoais⁸, a maior parte deles formados por idosos⁹. Na região Sul foi registrada a maior proporção de famílias constituídas por casais sem filhos e por pessoas morando sozinhas. De acordo com o IBGE (2007), em 2006 os domicílios unipessoais já representavam 10,7% do total de domicílios particulares

permanentes existentes no Brasil. Cerca de 40% dessas unidades domiciliares eram formadas por pessoas com 60 anos ou mais.

Já em 2005, o IBGE sinalizava que os estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, bem como as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Rio de Janeiro registraram mais de 15% de idosos morando sozinhos. De um lado, as estatísticas vêm mostrando que os índices de famílias sem idosos têm decrescido; de outro, que aumentam os percentuais de famílias unipessoais formadas por idosos, indicando não só maior autonomia e uma forma inovadora e bem-sucedida de envelhecimento, mas também maior afastamento, isolamento ou mesmo abandono da família. Não se pode esquecer, no entanto, que a família não é a causa de todos os nossos conflitos, mas o cenário em que muitos deles se manifestam.

Em tempos não tão distantes e nas mais diferentes realidades, cabia às famílias a maior parte do auxílio a idosos que precisassem de ajuda. Contudo, à medida que as mudanças sociais e as reestruturações familiares ocorrem, as sociedades começam a se preocupar com o desenvolvimento de mecanismos que preencham a ausência das famílias consanguíneas para proteger aqueles mais vulneráveis, inclusive alterando a tradição de convivência no mesmo ambiente.

Desmitificando dependências, perdas e declínios

Embora a velhice esteja quase sempre associada a doenças, à inutilidade e à dependência, como se afirmou antes, estudos vêm mostrando que um número cada vez maior de idosos continua integrando a força de trabalho do País, ainda que estejam aposentados. Além de participarem do mercado de trabalho formal, o setor informal também colabora com a absorção desse segmento, contribuindo, portanto, com a economia do País e, muito mais concretamente, com as famílias. De indivíduos limitados e frágeis, os idosos contrariam e alteram, de modo significativo, a concepção que tenta obscurecer o sujeito que envelhece, estruturada que ainda está entre juventude versus velhice, útil versus inútil.

Estudos têm revelado o importante papel que cumprem idosos junto aos filhos adultos e netos, não apenas nas questões financeiras, cuja contribuição não se dá do neto para os avós ou dos filhos adultos para os pais, mas também o inverso, ainda que os rendimentos dos idosos não sejam substanciais.

Mesmo sem uma renda significativa, é preciso considerar que a sua contribuição extrapola a dimensão econômica e alcança outras obrigações importantes, especialmente junto a netos e bisnetos, para quem a contribuição tanto pode ocorrer nos domínios financeiro e doméstico, quanto no domínio afetivo. Os

⁷Socialização é um termo amplo que indica que o ser humano, desde que nasce, não apenas está sujeito às influências da sociedade de que participa e ajuda a construir, como também a influenciar. É universal nas sociedades “[...] com elevados níveis de mudança social, que obrigam seus membros de qualquer idade a uma constante assimilação de conhecimentos e de formas de atuar” (MORAGAS, 1997, p. 101).

⁸Mais de seis milhões de pessoas moram sozinhas (IBGE, 2005).

⁹Sendo 40,6% de homens e 50,1% de mulheres.

idosos continuam obrigados aos encargos familiares primários, envolvendo-se diretamente com os serviços domésticos que atendem a toda a família (lavar, limpar, passar, cozinhar); atualmente, também exercem o papel de acompanhantes e motoristas para os netos, levando-os e buscando-os nas atividades diárias fora de casa, a médicos, a shopping, no aconselhamento e orientação em situações pontuais, nos cuidados, tanto da própria casa e de filhos adultos que ainda não saíram da permanente companhia dos pais, como da casa de filhas que lhes transferem a responsabilidade pelo cuidado de suas casas e de seus filhos.

Cuidar dos pertences, do patrimônio da família, cuidar e zelar dos netos enquanto os pais trabalham, ou mesmo quando pais se separam ou abandonam os filhos, significa um substancial apoio, amparo e uma forma de solidariedade não só às crianças, mas também ao adulto jovem, estabelecendo uma experiência de vida e de aprendizagens mútuas entre avós e netos, além de fornecer segurança para os pais, sabendo-os acompanhados e cuidados pelos avós (DIAS et al., 2005).

Essas situações nem sempre contam com a concordância prévia dos idosos; muitas das vezes, nem consultados são. Em muitas situações são acionados, de última hora, para cobertura de débitos contraídos (ou a contrair) pelos familiares, inclusive pagamento de escolas para os netos. Como dizem Marangoni e Oliveira (2010, p. 40),

[...] em muitas situações, as contribuições dos avós não são pautadas pela construção de papéis e pelas oportunidades de escolha e, sim, pela obrigatoriedade imposta pelas famílias, em troca do suporte provido ao idoso [...]. [quando este existe].

Mas essa contribuição pode ter mão dupla, de acordo com afirmação de Oliveira (2011, p. 18), quando assinala que,

Os idosos [...] são objeto de múltiplas formas de opressão. Sempre se sacrificaram, essa a marca de suas biografias, e não seria agora, diante do quadro aflitivo vivido especialmente pelos netos, que iriam renunciar a uma luta que a vida lhes parece repor a cada instante, renovando desafios. Mesmo porque, 'neste universo de conflitos, 'olhar os netos' é tarefa que comporta um horizonte promissor: o reencontro de um sentido para a própria existência' [...] (grifo nosso).

Além dessas modalidades de contribuição, grande parte de idosos que necessita de cuidados também recebe apoio e assistência de outros idosos, o que significa uma importante participação, dos já idosos, nas redes de suporte social a pessoas mais fragilizadas. É cada vez mais comum encontrarmos essa participação em estudos sobre cuidadores de

idosos, o que demonstra a importante contribuição desse segmento na formatação de novos laços e de novas solidariedades.

Os idosos, pois, devem ser considerados e tratados como participantes ativos da sociedade seja quando integram redes de apoio, quando dão cobertura a idosos em estado de carência, fragilidade e vulnerabilidade, especialmente em ambientes onde não se encontram redes formais de suportes sociais, seja quando substituem empregados domésticos ou babás nos lares dos filhos ou em seus próprios lares, cuidando e mantendo netos e bisnetos, em diferentes idades.

É preciso que apontemos essas e muitas outras contribuições como um desafio à imagem de negativização da velhice e como forma de desmitificar a ideia, ainda dominante, de que o idoso é um peso, um fardo para famílias e sociedade.

Construindo e compartilhando laços

Os novos padrões de configuração e organização das famílias têm aberto novas possibilidades para as pessoas idosas que, ao contrário de décadas passadas, não sucumbem à imposição do isolamento e ao afastamento da vida social, capazes que são de dar respostas originais aos desafios que encontram em seu cotidiano, redefinindo sua experiência para, assim, contrapor-se aos estereótipos ligados à velhice ou, como afirma Touraine (1998, p. 51), ocupar "o lugar central que pertencia, na paisagem antiga".

Embora Parsons (apud BRYM et al., 2006, p. 362) percebesse a socialização como função "[...] básica e irredutível [...]" da família, a socialização de pessoas adultas, conforme analisada por Brym et al. (2006, p. 122), não ocorre, necessariamente, no espaço privado da família. Além disso, ela se faz absolutamente necessária, por quatro razões principais: em primeiro lugar, porque "[...]os papéis adultos são frequentemente descontínuos"; em segundo lugar, "[...]muitos papéis adultos são, em grande medida, invisíveis"; em terceiro lugar, "[...]alguns papéis adultos são imprevisíveis" e, finalmente, "[...] papéis adultos mudam à medida que as pessoas amadurecem". A socialização seria uma forma de superar as descontinuidades de papéis, a invisibilidade e o despreparo para as imprevisibilidades vividas por cada um, e ocorrem também fora dos espaços familiares.

Um dos exemplos das novas possibilidades de socialização buscadas pelos idosos fora do espaço privado são os grupos de convivência, hoje multiplicados em todo o País, em grandes e pequenas cidades, agregando pessoas maiores de 60 anos e com padrões de organização diferenciados, embora com propósitos muito próximos.

Dentre esses propósitos, pode-se ler a oportunidade de interação, de ressocialização¹⁰ e de novas aprendizagens, uma maneira de transformar o isolamento individual em convivência, em convívio fora do espaço doméstico, em aproximação com outras pessoas de mesma faixa etária e interesses similares, em oportunidades para trocar experiências, participar de reuniões, viajar, fazer e participar de festas, comemorar aniversários, natal e festas típicas dos locais onde se instalam, construindo novas e diversificadas amizades, redesenhando novos papéis, afirmando identidades. Teilhard de Chardin (apud ASMANN; MOSUNG, 2000, p. 226), afirma que o “[...] progresso de uma civilização se mede pelo aumento da sensibilidade para o outro”. E o aumento dessa sensibilidade não é natural; precisa ser construído em contextos sociais específicos. Os grupos de convivência têm contribuído com essa construção.

Darwich (2008), em estudo publicado em 2008 sobre o papel do grupo na sociabilidade do idoso com diabetes, afirma:

Ainda que se reconheça, no homem, essa potencialidade para a sociabilidade, é necessário que sejam desenvolvidas ações no sentido de viabilizá-la, até porque, embora o ser humano seja social, não nasce preparado, não nasce pronto para com-viver. De outro lado, é preciso entender que a sociabilidade, capaz de prevenir o isolamento social, pode ser anulada em função de transformações na família, morte de parentes, ou até mesmo perdas biológicas, o que geraria incapacidades para estabelecer redes de relacionamentos (DARWICH, 2008, p. 141-142).

Reforçando esse aspecto, Cabral (2001, p. 33) assinala que a modalidade de ressocialização através do grupo de convivência,

[...] aparece para os idosos como um lugar onde se tecem relações de proximidade e aconhego caloroso, onde se fazem ‘boas amizades’, cultivadas carinhosamente.

Esses grupos não só incentivam a autonomia e novas formas de gozar a vida, como ajudam na preparação para o exercício de múltiplos papéis, sejam eles descontínuos, invisíveis ou mesmo aqueles inevitáveis, em etapas mais avançadas da vida, conforme assinalou Brym et al. (2006).

O sentido de sociabilidade definido por Simmel (apud ALVES, 2004, p. 41) como uma “forma lúdica de associação” significa um mecanismo de interação social que tem seu fim nela mesma, em especial por levar em conta a independência para vincular-se a

um grupo, e o fato de as atividades se realizarem em grupo e as relações entre os indivíduos se construírem nessas atividades. O fato de poder falar, de poder expressar seus sentimentos e poder contrastar esses sentimentos com os dos outros fazem do grupo um espaço que não só ajuda a melhorar as atitudes de cada um frente aos seus próprios problemas e frente ao outro (DARWICH, 2008), como também imprime um sentido de autonomia a esses integrantes.

As maiores protagonistas dos grupos de convivência são as mulheres. Aos 60, 70, 80 anos ou mais elas saem de casa, encontram-se com outras de mesma faixa etária, sabem que serão ouvidas e que vão ouvir, aprendem e ensinam coisas novas, rompem com os padrões de dominação a que foram submetidas longos períodos da vida. É comum ouvirmos afirmações do tipo ‘só agora sei o que é liberdade; meu marido não gostava que eu sáísse; agora estou vivendo!’.

O grupo acaba tendo um papel importante no enfrentamento cotidiano de questões comuns, pois as conversas ajudam a entender melhor o que se passa com o outro, despertando outras compreensões e saídas para os problemas; é um perceber-se no outro. Acrescenta-se a isso o fato de cuidar-se, de estar bonita e arrumada para a reunião do grupo ou para um lanche na casa de uma amiga do grupo, ajuda a elevar a autoestima, até porque muitos desses idosos não se sentiam motivados para esses exercícios.

Embora pareça paradoxal, dado o duplo sentido que encerra – o de ‘coletivizar’, quando torna comum as diferenças dos indivíduos; e o de ‘particularizar’, quando propõe tratar individualmente cada idoso que a ele se vincula – o grupo tem papel singular na interação social do idoso, na sua autonomia, mantendo-o em atividade, proporcionando-lhe sair de casa, encontrar-se com o outro, aquele que está fora do espaço doméstico. Trata-se de dois movimentos, aparentemente contraditórios, reunidos em volta de dois polos: o primário, que trabalha o indivíduo, personalisticamente, para saber situar-se, e o secundário, que trabalha no sentido da sua inserção na realidade externa (SINGER, 2002).

Além disso, o grupo também estimula a adoção de hábitos de alimentação, de higiene, de ingestão de água, de continuidade de tratamentos, e estilos de vida saudável (como a caminhada), discussão de temas veiculados pela mídia (em noticiários, novelas), além de se configurar como espaço de apoio para aqueles com níveis de interação familiar reduzidos por diferentes fatores.

É importante considerar, no entanto, que os grupos de convivência de idosos, que abarcam pessoas de

¹⁰De acordo com Brym et al. (2006, p. 121) “A ressocialização acontece quando agentes de socialização poderosos provocam mudanças nos valores, nos papéis e na autoconcepção das pessoas”.

diferentes origens, escolaridade, condição de renda, interesses, precisam ser mais bem acompanhados e analisados, até porque, muitos idosos, ao tentarem buscar novas alternativas de relacionamento, podem se colocar à mercê de lideranças nem sempre preparadas para lidar com seus diferentes requerimentos, ainda que se reconheça que, para muitos idosos, a convivência em grupo constitui a única forma de solidariedade e interação social, sem a qual o isolamento, e as consequências dele, expressariam o caráter negativo de envelhecer.

Vincular-se a um grupo e dele participar pode significar para o idoso a construção de laços de afeto fora do ambiente familiar de consanguinidade, com possibilidades de um cotidiano mais prazeroso e melhoria substancial da qualidade de vida.

Considerações finais

É de amplo conhecimento que as famílias brasileiras enfrentam desafios importantes advindos do envelhecimento da população, em função das demandas que a velhice acrescenta. Em se tratando de um sistema de interação relativamente complexo, nem sempre o sistema consegue suprir as situações exigidas pelos idosos, tanto materiais como imateriais, ainda que prevaleça, no imaginário social, a ideia de que a velhice representa um peso importante para esse sistema.

A satisfação dessas demandas, naturalmente, depende das construções internas de cada família (renda, escolaridade, vínculos, relacionamentos, valores), da concepção que construíram em torno de seus idosos e do nível de fragilização em que muitas delas se encontram, sensíveis que são às mudanças sociais e atravessadas que vivem pela violência, desemprego, consumo de drogas, separações, maternidade e paternidade irresponsáveis.

Por reconhecerem que a participação da família está aquém da esperada é que, muito provavelmente, idosos busquem mecanismos de interação social para não sucumbirem ao isolamento, ao abandono, à desatenção. De outro lado, a fragilização das famílias, em muitos aspectos, tem criado, para os idosos, responsabilidades que estão muito além do que deveriam incorporar, considerando o papel que já assumiram em etapas pretéritas da vida.

Nesse sentido, nem sempre o que se está chamando solidariedade intergeracional ocorre em sentido duplo, até porque o modelo parece estar muito mais verticalizado, nem sempre decorrente da escolha dos idosos, levados que são a assumirem netos e bisnetos ou, ainda, filhos adultos, noras ou genros. Ainda que algumas situações tragam alegria, e até sejam

prazerosas, muitos idosos acabam se privando do direito de ir e vir, para não deixarem sozinhas as crianças pelas quais passam a ter responsabilidade; muitos começam uma atividade que poderá trazer-lhe benefícios de saúde, como fisioterapia, atividade física, acupuntura, hidroginástica, e são obrigadas a deixar por representar gasto que as despesas com as novas responsabilidades não mais permitem ou, até mesmo, reduzem o consumo de alimentos importantes para a sua qualidade de vida, por necessitarem atender primeiro aos netos.

Os grupos de convivência têm um papel importante no processo de continuidade das interações e solidariedades, na manutenção de uma vida ativa, bem como na construção de laços afetivos capazes de estimular o idoso a permanecer interagindo, e oferecer oportunidades para novas convivências e aprendizagens. Não podemos esquecer, no entanto, que necessitam ser mais bem estudados.

Referências

- ALVES, A. M. **A dama e o cavalheiro**: um estudo sobre o envelhecimento, gênero e sociabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ARGIMON, I. I. L.; VITOLA, J. C. E a família, como vai? In: BULLA, L. C.; ARGIMON, I. I. L. (Ed.). **Convivendo com o familiar idoso**. Proto Alegre: Edipucrs, 2000.
- ASMANN, H.; MOSUNG, J. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRYM, R. J.; LIE, J.; HAMLIN, C. L.; MUTZENBERG, R.; SOARES, E. V.; SOUTO MAIOR, H. P. **Sociologia**. Sua bússola para um novo mundo. 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CABRAL, B. E. S. L. Solidariedade intergeracional: uma experiência dos grupos de convivência de idosos. **Especiaria**, v. 4, n. 7, p. 25-43, 2001.
- CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. **Famílias com idosos**: ninhos vazios? Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, M. (Ed.). **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.
- DARWICH, L. M. Trocando experiências: o papel do grupo na sociabilidade do Idoso com diabetes. **Memorialidades**, v. 5, n. 9-10, p. 133-161, 2008.
- DIAS, C. M. S. B.; COSTA, J. M.; RANGEL, V. A. Avós que criam seus netos: circunstâncias e consequências. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal**: efeitos

- da contemporaneidade. Rio de Janeiro: PUC, 2005. p. 158-176.
- DOMINGUES, J. M. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERNANDES, A. A. **Velhice, solidariedades familiares e política social**. Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt>>. Acesso em: 19 fev. 2012.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios. **Síntese de Indicadores 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da população 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MAFFESOLI, M. **O Tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- MARANGONI, J.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Relacionamentos intergeracionais: avós e netos na família contemporânea. In: FALCÃO, D. V. S. (Org.). **A família e o idoso**: desafios da contemporaneidade. Campinas: Papirus, 2010. p. 37-56.
- MENDRAS, H. **O que é a sociologia**. Tradução Albert Stuckenbruck. Barueri: Manole, 2004.
- MORAGAS, R. M. **Gerontologia social**: envelhecimento e qualidade de vida. Tradução Nara C. Rodrigues. São Paulo: Paulinas, 1997.
- OLIVEIRA, P. S. **Vidas compartilhadas**: cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SINGER, D. **La Cultura, los ideales y el grupo**. Disponível em: <<http://www.psiconet.com>>. Acesso em: 15 jan. 2002.
- TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos**: iguais e diferentes. Tradução Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petropolis: Vozes, 1998.
- TRIER, U. P. Cenários futuros da educação: uma janela ao desconhecido. In: BRASLAVSKY, C. (Org.). **Aprender a viver juntos**: educação para a integração na diversidade. Tradução José Ferreira. Brasília: Unesco/IBE/SESI/UnB, 2002. p. 29-41.
- VELHO, G. **Individualismo e Cultura** – notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- WAUTIER, A. M. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, v. 5, n. 9, p. 174-214, 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

Received on January 30, 2012.

Accepted on February 29, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.